

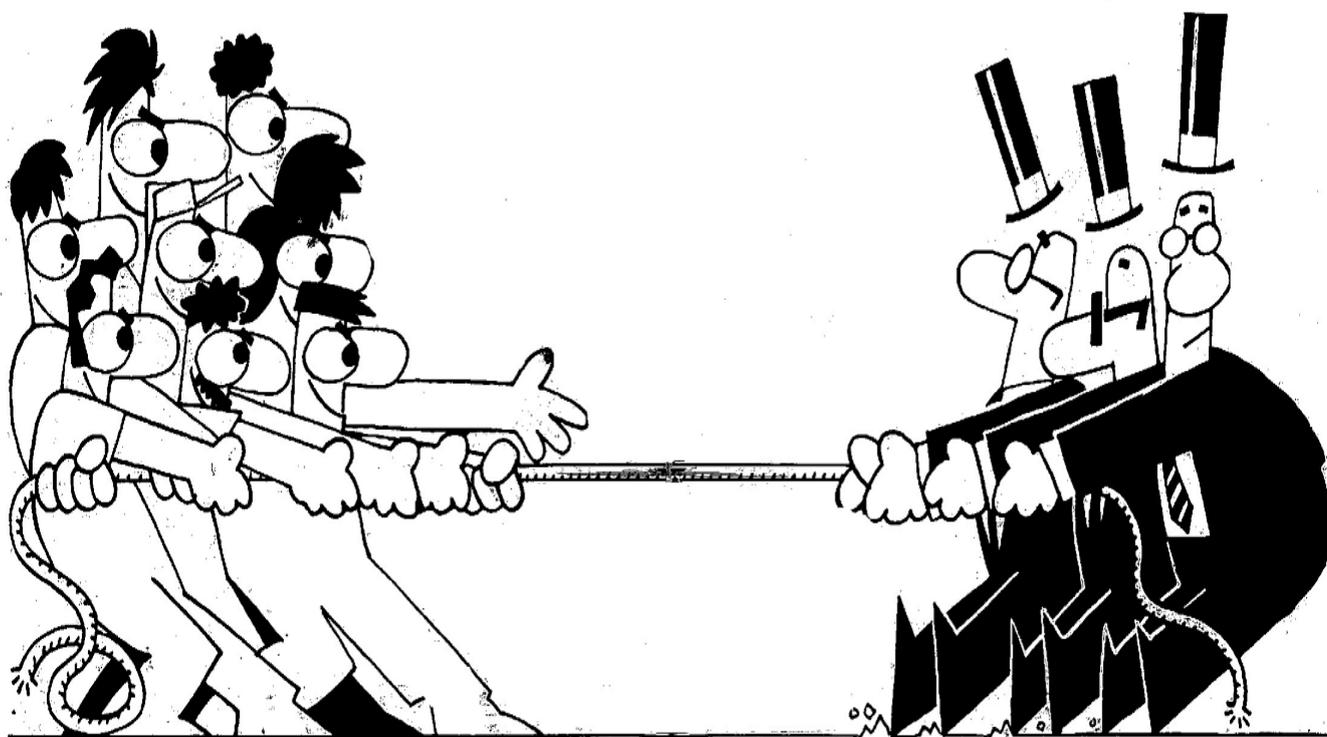
ESPAÇO SOCIALISTA

No. 97- MARÇO DE 2017
CONTRIBUIÇÃO: R\$ 2,00

ORGANIZAÇÃO MARXISTA REVOLUCIONÁRIA



UNIR PARA DERROTAR O GOVERNO E OS PATRÕES!



NESTA EDIÇÃO:

UMA CONJUNTURA DE ATAQUES À CLASSE TRABALHADORA

A LUTA PELA CONSTRUÇÃO DA GREVE GERAL NO RJ

OS LEVANTES DE MULHERES PELO MUNDO

A HUMANIDADE NÃO PRECISA DE FRONTEIRAS

O IMPACTO DA REVOLUÇÃO RUSSA

UMA CONJUNTURA DE ATAQUES À CLASSE TRABALHADORA E A NECESSIDADE DE UMA REAÇÃO À ALTURA

As reformas da Previdência e Trabalhista andam em pleno vapor na Câmara dos deputados. Os mesmos deputados conhecidos pela morosidade, delatados pelos seus comparsas da Lava-jato e acusados de tantos outros crimes são os que votarão essas reformas contra os escassos direitos dos trabalhadores.

Essas reformas prejudicarão a já classe trabalhadora, pois vivemos um momento de desemprego crescente, atingindo com mais impacto a juventude e as mulheres que são ainda mais jogadas à informalidade e à contratação precária para garantir a sobrevivência imediata.

Em 2016, o desemprego assolou mais de 12 milhões de brasileiros, entre os jovens está em mais de 25%. Segundo a OIT, a cada três desempregados no mundo um será brasileiro, o que deixará o país com o terceiro maior número de desempregados, atrás apenas de China e Índia.

A Reforma da Previdência praticamente retira a aposentadoria integral para a maioria das pessoas. Exemplo: para se aposentar com 100% do salário (limitado ao teto, hoje de R\$ 5531,31) terá que ter 65 anos e 49 anos de contribuição sem parar. Para isso deve-se começar a trabalhar com 16 anos e não ficar desempregado, sob pena de a idade para se aposentar ir aumentando para 66 anos, 67...70... assim por diante.

Essa Reforma também termina com a aposentadoria especial para professores (com altos índices de doenças profissionais e que será mantida em sala de aula mesmo sem condições físicas e mentais), impede o acúmulo da aposentadoria com pensão por morte do cônjuge (que já sofreu limitações) e iguala o tempo de contribuição entre homens e mulheres, mesmo com o reconhecimento da sociedade de que as mulheres possuem a dupla ou até a

tripla jornada de trabalho.

Para justificar a Reforma, tem sido propagada – com a participação da mídia burguesa – a mentira do déficit previdenciário. Mas, vários estudos mostram que ela não tem rombo nenhum, ou seja, é superavitária.

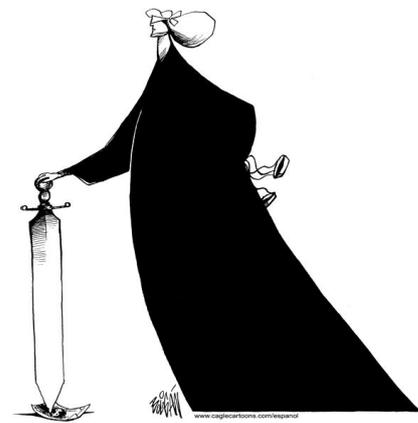
O governo retira bilhões de reais dos cofres da Previdência, através da DRU (Desvinculação da Receita da União), e mascara os dados para fazer parecer que falta dinheiro e que está deficitária. Quem ganha são os banqueiros e agiotas que exploram as contas públicas através das dívidas externa e interna, desviando recursos que deveriam ser revertidos para as necessidades da população.

Outros beneficiados com essa Reforma são os Fundos de Previdência Privada (investimentos que as pessoas fazem em depósitos mensais, os quais os bancos utilizam para emprestar com juros muito maiores dos que são pagos aos poupadores). Ou seja, uma Reforma sob encomenda.

E os problemas da classe trabalhadora não param por aí. Mal aprovou a PEC 55 (limitando os gastos públicos) e a Reforma do Ensino Médio já encaminhou a Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista.

Na Reforma Trabalhista os principais pontos são permitir que acordos entre empresas e sindicatos (especialmente os pelegos) retirem direitos previstos em lei e a possibilidade de a jornada de trabalho se estender por até 48 horas semanais, garantindo às empresas que num período de aumento de produção não contrate mais trabalhadores.

Além disso, Temer vai enviar um Projeto de Lei ao Congresso antigreve. As primeiras informações dão conta de que serão proibidas greves em setores como Educação, Saúde, etc., considerados como essenciais. Com isso, considera-se



essencial para proibir greves, mas não para evitar o desmonte desses serviços.

Agora, para parecer preocupado com a população, liberou o saque das contas inativas do FGTS. Medida que também beneficia os empresários, pois a maioria das pessoas vão utilizar esses recursos para pagar dívidas.

JUDICIÁRIO... MAIS E MAIS CONSERVADOR

O Poder Judiciário, de fato, tem sido um elemento importante na cena política já há algum tempo. Uma espécie de “última palavra” nos conflitos. Suas decisões têm sido fundamentais para a aplicação desses planos de ataques aos direitos da classe trabalhadora.

O STF, por exemplo, deu total apoio para aprovação do PLP 257 e da PEC 55 (cortes de gastos públicos, decidiu a favor do governo para eliminar a desaposentação (pessoa aposentada com valor menor do que o teto, continuou trabalhando e contribuindo com a Previdência poderia pedir revisão no valor e acrescentar essas novas contribuições para o recalcule), garantiu a presidência de Maia (DEM) na Câmara de Deputados, decidiu a favor de cortar o ponto do Funcionalismo em greve, aprovação de o negociado (mesmo contra a lei) prevalecer sobre o legislado, enfim, a lista é grande. E mais recentemente a garantia da posse de Moreira Franco como ministro (diferente da decisão em relação a Lula que envolvia a mesma situação) é mais uma demonstrando a proximidade entre o STF e o governo.

E não é somente o STF. Os

tribunais estaduais e os juízes de 1º grau têm sido apoio importante aos planos dos governos estaduais, sobretudo nas medidas adotadas contra o Funcionalismo público e a população. Isso é o que tem ocorrido no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul ou em São Paulo com a recente decisão que autorizou o aumento das tarifas de transporte e os cortes da integração em alguns locais, que atingem quem mora mais longe e ganha menos.

Esse processo foi coroado com a indicação de Alexandre de Moraes para o STF, mesmo com todo o seu histórico: Filiado ao PSDB; com escritório de advocacia tendo advogado para o PCC; acusado de plágio em suas obras; um dos autores da medida que permite a polícia invadir sem mandado judicial as ocupações promovidas pelo movimento social; com posições conservadoras no meio jurídico como o punitivismo no Direito Criminal (partidários da política de encarceramento em massa, por exemplo) e é contra a descriminalização do aborto.

O Judiciário, apesar de seu discurso de neutralidade, é mais um dos instrumentos de repressão e controle aos trabalhadores, ou seja, está a serviço dos interesses dos capitalistas.

A VOLTA DAS FORÇAS ARMADAS À CENA POLÍTICA

As torturas, o fracasso da política econômica (endividamento, inflação, arrocho, etc.) e os inúmeros casos de corrupção levaram a não somente à derrubada da Ditadura Militar, como também produziu uma oposição geral dos setores democráticos aos militares e uma ideia de que “os militares não deviam se meter em política”.

Embora saibamos que nos bastidores exerciam forte influência e controle sobre a ação dos governos e parlamentares, ficaram distantes da cena “política pública” por muito tempo.

A partir de 2010, principalmente, com a participação do Exército na “pacificação” do Morro do Alemão no Rio de Janeiro (autorizada por Lula) temos presenciado intervenções,

cada vez mais constante, das Forças Armadas nas ruas para controle e repressão da população.

Na Copa do Mundo e Olimpíadas foram milhares de soldados, praticamente instalaram Estado de Sítio, nas regiões sob controle militar. Desde o ano passado também estiveram em Recife, mantiveram treinamento conjunto com as brigadas militares em Porto Alegre e, neste mês de fevereiro, em Vitória com a acusação de morte, inclusive, de um jovem por soldados do exército.

A razão política dessa intervenção é, muito além do discurso de que é para resolver a crise de segurança, na verdade um “aviso” para a população não se rebelar diante dos efeitos da crise como o desemprego (sobretudo a juventude), a falta de serviços públicos, dentre outros problemas.

A própria justificativa do governo federal e estaduais de manter a “Lei e a ordem” já revela o caráter opressor dessa presença. Lei e Ordem quer dizer impor a aceitação das legislações favoráveis aos ricos e aos cortes de direitos (manutenção da propriedade privada e das Reformas, etc.). Significa também que – diante do desemprego, da miséria e das consequências da crise para a classe trabalhadora e para juventude – devemos nos conformar com essa situação, pois qualquer manifestação é considerada “baderna” ou vandalismo.

Com isso, os órgãos de segurança consideram qualquer luta radicalizada (greves gerais, barricadas, enfrentamento com as forças de repressão) como fatos que causam instabilidade social e, portanto, podem sofrer repressão das Forças Armadas.

Com os ataques aos nossos direitos e a crise a situação política tende à instabilidade e, assim, a burguesia e o seu governo aproveitam-se do medo e do temor, sobretudo da classe média, para legitimar as Forças Armadas e encontrar o apoio da população, caso “necessitem” de

uma intervenção mais dura.

O Exército – assim como qualquer órgão de repressão do estado burguês – é órgão de repressão do Estado sobre os trabalhadores. Impor a “lei e a ordem” é manter as coisas a favor do capital e da burguesia. Afinal, alguém já viu o Exército invadir o escritório de uma construtora que fraudava licitação ou de um banqueiro que atua na lavagem de dinheiro proveniente do tráfico de drogas? Isso não vimos. Mas, nas portas de fábricas para reprimir greves, nos morros e nas ruas contra as manifestações populares foram muitas vezes.

AS DIREÇÕES E A GREVE GERAL

O debate sobre a necessidade de uma Greve Geral que nos possibilite vencer o governo e os capitalistas, para barrar todos esses ataques e os que ainda estão por vir aos nossos direitos, não é de hoje. Por que ela não aconteceu ainda?

Reconhecemos que as condições objetivas apresentam muitas dificuldades, isto é, a crise mundial, a ameaça do desemprego que já atinge boa parte das famílias, o alto custo de vida, a forte campanha dos meios de comunicação para jogar confusão entre os trabalhadores e a repressão aos movimentos sociais. E tudo isso também afeta diretamente as condições subjetivas, ou seja, o ânimo, a disposição para a luta e a consciência de classe.

No entanto, não é a primeira vez que a classe trabalhadora enfrenta uma situação como essa e, em outros momentos, organizou as lutas e obteve vitórias importantes como a conquista de férias, 13º, jornada de 8 horas, direito à Educação e Saúde públicas e gratuitas, etc.



Mas, um elemento importante a ser pensado é o papel que a maioria das direções dos movimentos em luta tem cumprido, desde o movimento sindical até os movimentos sociais e de contestação. Vejamos o que ocorre com as Centrais Sindicais:

Um (CUT, CTB, etc.) discursam, mas, na prática, não organizam uma luta forte que unifique a classe trabalhadora de conjunto contra todos esses ataques, pois estão vinculadas à gestão do capital. Já até acenaram em negociar pontos da Reforma da Previdência. Outras (Força Sindical, etc.) são direções historicamente pelegas e fazem parte da bancada de apoio ao governo Temer.

A CSP-Conlutas, Intersindicais, etc.) mesmo tendo posicionamentos mais à esquerda têm estado bem distante do trabalho de base e da construção da Greve Geral e insistem em esperar pela CUT e Força Sindical, criando a ilusão de que essas centrais vão construir a Greve Geral. Elas já demonstraram a indisposição de ir nessa direção.

EM CADA LOCAL CONSTRUIR AS LUTAS E BUSCANDO UNIFICÁ-LAS

Essa crise mundial tem sido muito dura e exige da classe trabalhadora uma reação à altura. Não podemos agir do mesmo modo que em

períodos de crises anteriores e com os mesmos instrumentos de luta.

As paralisações de um dia, atrasos na produção e Greve Nacional de Setores como a Educação são importantes, mas ainda insuficientes. Mas, as principais direções estão aquém das necessidades do momento.

É necessário que a CSP-Conlutas e as Intersindicais se unam e construam juntas e com os trabalhadores e sindicatos de suas bases um plano de ações e calendários comuns de lutas com materiais explicativos, panfletagens e carros de som nos bairros, nas fábricas e universidades sobre o significado dessas reformas e da necessidade de derrotá-las.

Para isso é fundamental as centrais de esquerda organizarem ações unitárias (lutas, organização de fóruns de base, etc.) por fora

das direções pelegas nas bases de todas as categorias, construindo uma alternativa e dando forças para as categorias romperem com essas direções. Ganhar os principais setores e categorias da classe trabalhadora brasileira será fundamental para derrotar as reformas e os ataques sobre nossos direitos, somente assim será possível.

Um exemplo recente foi o processo de mobilização na França contra a Reforma Trabalhista. As primeiras manifestações foram construídas pela base nos sindicatos e nos movimentos popular e estudantil, independentes das direções. Somente com a ameaça de perda do controle é que as Centrais Sindicais (controladas pelos Partidos Comunista e Socialista nos nomes) se somaram aos protestos.

A URGÊNCIA DE UM ENCONTRO NACIONAL DE BASE

Temos defendido também há algum tempo a organização de um **Encontro Nacional de Trabalhadores e Ativistas – precedido de encontros municipais e regionais** – que possa construir esse **plano de ação, um calendário de lutas e uma proposta de programa em defesa dos direitos e contra todos esses ataques**, essa nos parece ser uma das formas para organizar o movimento pela base e

que pode contribuir para impulsionar e superar parte da fragmentação da organização da classe e, além de buscar impulsionar iniciativas por fora das direções pelegas para que a classe possa avançar na luta contra o governo, a patronal e o capital.

Além disso, como já dissemos, é imprescindível a radicalização das lutas e a construção de formas de organização para que a classe tome em suas mãos a construção da Greve Geral!

A TÃO DESEJADA LUTA DA CLASSE TRABALHADORA, A GREVE GERAL

CIDA VIEIRA - PROFª SEEDUC E NOVA IGUAÇU (MOS)

Desde o final de 2015, trabalhadores e estudantes da rede estadual de Educação vêm denunciando o ataque ao ensino público. Já naquele ano, o governo de Pezão/Dornelles parcelou o pagamento do 13º em cinco vezes. Diante disso, a categoria foi em massa às assembleias locais e, posteriormente, à geral. Foi deliberado greve, até que o governo se dispusesse a receber a comissão de negociação e apresentasse propostas que viabilizassem um atendimento digno, comprometido com a Educação pública, e reajustasse os salários dos profissionais da rede.

Paralelamente a isso, dava-

se continuidade ao processo de impeachment da então presidente Dilma Rousseff, o que alertou uma parcela dos partidos da esquerda e boa parte dos movimentos sociais, oposições a esse claro golpe parlamentar.

Nesse cenário político, a greve da rede estadual do Rio de Janeiro seguia, acompanhada pelo Movimento de Ocupação dos Estudantes Secundaristas, o qual apoiava uma das mais longas e massivas greves do ano de 2016 e da história do SEPE (Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação).

Vários profissionais acompanharam e apoiaram,

ainda que distantes, o Movimento de Ocupação, visto que os interesses de estudantes e professores se entrecruzam na própria relação ensino/aprendizagem, relação indissociável. Não se pode secundarizar a participação, já naquele momento, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro nem da Fundação



de Apoio à Escola Técnica que, também precarizadas, juntaram-se à luta contra os estragos que o governo do PMDB já realizava há anos contra a Educação e os demais serviços públicos do Estado.

Durante esse período, chegou aos movimentos em greve o chamado para adesão à Greve Geral, proposta que atraiu muitos militantes dos movimentos em greve. Contudo, a fragmentação causada, em grande parte, pela cooptação do PT/PCdoB à direita dominante no Parlamento, em todas as suas instâncias, causou a cisão nas assembleias sindicais, pois cada uma das centrais sindicais (CUT, CTB, CSP-Conlutas, Intersindical) chamava uma data diferente para a tão desejada Greve Geral, já que os partidos dos quais essas entidades são representatividade apresentaram análises diferenciadas sobre a questão do impeachment, apoiando-o ou não.

Isso dividiu bastante a classe trabalhadora, impedindo, assim, a realização de um movimento que englobasse todas as categorias de trabalhadores. Em decorrência disso, os trabalhadores em greve, naquele momento, não se organizaram num movimento único e coeso para barrar as propostas neoliberais, que já se desenhavam em 2016, e que, ao final daquele ano, com a concretização do impeachment da presidente eleita Dilma e a tomada da liderança do país por Temer, já se colavam em pauta nas votações no Congresso Nacional.

Paralelamente a isso, o movimento da greve da rede estadual entrava num ritmo de visível estagnação, apesar dos grupos de militantes aguerridos em constante luta contra atos de desmobilização isolados, porém, destrutivos. O desconto salarial em 17 dias foi o golpe final na categoria, entre outros golpes, que a classe trabalhadora, esta, sim, recebeu e vem recebendo desde 2016. Golpes vindos de várias direções, inclusive de algumas diretorias sindicais. As causas da estagnação do movimento de greve



são várias e exigem uma reflexão mais aprofundada, mas em outro momento.

A passagem de 2016 a 2017 foi meramente cronológica, pois os ataques se intensificaram não só contra a classe trabalhadora, mas também e, principalmente, contra os movimentos sociais, que vivenciam constantes perseguições por parte do poder público e contra os estudantes secundaristas. A sanção da Reforma do Ensino Médio compromete, por um lado, a produção de mentes pensantes, mas, por outro, traz para o espaço das lutas de classes um grupo social que, até os inícios de 2015, encontrava-se adormecido.

Apesar das greves da rede estadual do RJ, da FAETEC e da UERJ terem sofrido um baque com o decreto do Judiciário em julgá-las como ilegais, levando os sindicatos (à exceção o SEPE, cuja greve não chegou a ser julgada) a fazerem acordos, inclusive, contra as próprias categorias, o descontentamento desses trabalhadores permaneceu e, diante dos parcelamentos e atrasos salariais, agravou-se. Isso levou milhares de membros dessas categorias a se unirem ao Muspe (Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais), numa tentativa de unificação das lutas diante do pacote de maldades que o governo federal, via governo estadual, com apoio do STF e demais instituições do Judiciário Estadual, impõe sobre os servidores públicos.

Portanto, a luta persiste contra a ditadura do capital e contra os ataques neoliberais perpetrados por um parlamento que vem se mostrando,

a partir da divulgação das delações dos réus da Lava-Jato, um organismo estatal desmoralizado, carcomido pela corrupção, visto que é composto, em sua maioria, por parlamentares citados inúmeras vezes nos autos processuais. O próprio Temer foi citado, aproximadamente, 32 vezes! Ainda que grande parte da comunidade intelectual, política e econômica se coloque contra as políticas que vêm sendo implementadas pelo governo

Temer, este, que governa para a classe empresarial e financeira, nacional e internacional, não cede e dá seguimento ao pior dos ataques, sem precedentes na história da sociedade brasileira, contra classe trabalhadora.

Em vista disso, a proposta da Greve Geral se mantém, ainda que o marasmo estabelecido pelo PT e CUT tenham meio que “domesticado” as categorias de trabalhadores. Acrescentando-se o calendário de lutas, no estado do Rio de Janeiro, que já apresenta o movimento do MUSPE, em frente à ALERJ, os atos públicos dos estudantes secundaristas e dos Técnicos Administrativos e estudantes universitários da UERJ e da FAETEC, além dos movimentos regionais, dada a extensão do pacote de maldades estadual aos municípios (Niterói, São Gonçalo e demais municípios).

Sendo o Rio de Janeiro o “laboratório” de aplicação da política neoliberal do atual governo federal e dada a gravidade desses ataques à classe trabalhadora é tardia a chamada para a Greve Geral, que já vinha sendo ansiada desde meados de 2016. A data desta Greve, que pretende abraçar todos os trabalhadores, está marcada para o dia 15 de março do ano corrente. Antes, porém, temos o grande Ato Público pelo Dia Internacional da Mulher, em 8 de março. Portanto, é imprescindível acordar as massas o quanto antes para a ocupação de todas as ruas da cidade, chamando para a luta toda a classe trabalhadora que vem sendo massacrada pelos governos estadual e federal.

OS LEVANTES DE MULHERES PELO MUNDO



Num momento em que mundialmente se assiste a ofensiva contra os direitos da classe trabalhadora e piora das condições de vida surgem, como resposta, diversas manifestações dos movimentos de mulheres se contrapondo aos ataques.

Isso porque os efeitos da crise mundial atingem especialmente as mulheres na medida em que serão o maior número de desempregadas ou em trabalhos precarizados e que sofrerão mais com as medidas de austeridade, cortes nos programas assistenciais, reformas e, consequente, como aumento da violência de gênero.

No início de outubro de 2016, o parlamento polonês admitiu o trâmite de um projeto de lei de iniciativa popular que visava a proibição total do aborto incluindo penas de prisão para mulheres que interrompesse a gravidez voluntariamente. A Polônia já possui leis restritas sobre o tema se comparada com outros países da Europa, apenas admitindo a interrupção da gravidez em casos de estupro, incesto, risco de vida para a mãe e má-formação grave do feto. A convocação pela greve geral contra a possível mudança na lei levou milhares de mulheres às ruas e fez o governo recuar.

Vimos em 2016 as mulheres se levantarem contra a onda de feminicídios, organizando greves contra os assassinatos. A maior expressão foi na Argentina: em 19 de outubro o movimento Ni Una Menos paralisou o país em protesto ao violento assassinato de Lucia Perez, de 16 anos. “Nos queremos vivas”, gritava o movimento.

No Brasil, não foi diferente. Em junho de 2016 o estupro coletivo de uma jovem no Rio de Janeiro levou a manifestações em vários estados, movimentando milhares de mulheres. A revolta que se expressou nesses atos fez com que até mesmo a forma como o Estado conduzia o caso fosse revista, afastando-se o delegado que inicialmente atendeu a ocorrência e o modo de enquadramento que passou da delegacia de crimes virtuais (em

razão da exposição do estupro em redes sociais) para a Delegacia da Mulher.

A eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, que fez em sua campanha diversas declarações misóginas, provocou, já em 2017, uma reação de imensas proporções no país. Em 24 horas após sua posse, mais de meio milhão de manifestantes, segundo os organizadores, participaram da Marcha de Mulheres contra Trump. Os ataques que o governo arma dizem respeito ao direito reprodutivo das mulheres, pondo em risco o aborto seguro, à reforma ao sistema de saúde, a questão da cidadania dos imigrantes e a violência contra a população negra.

Temos ainda o exemplo das mulheres curdas, cujo protagonismo foi motivo de admiração pelo mundo. Elas enfrentam o Estado Islâmico e a atuação questiona o modelo patriarcal de criação das mulheres.

Em março de 2017, as movimentações pelo Dia Internacional de Luta da Mulher mundo afora indicam a repolitização da data, transformada em festa comercial pelo capitalismo. Pela primeira vez em muitos anos preparam-se iniciativas internacionais de protesto para este dia. O movimento Ni Una Menos convoca uma greve de mulheres que já tem adesão de movimentos de mulheres em mais de 30 países. A proposta é que as mulheres não façam qualquer tipo de trabalho no dia, nem mesmo o doméstico, e as convida a gritar contra os ataques organizadas em atos de rua.

PRINCIPAIS ATAQUES PARA O PRÓXIMO PERÍODO NO BRASIL

A Reforma da Previdência já tem cronograma no Senado e atingirá brutalmente as mulheres. O projeto inclui o aumento do tempo para aposentadoria igualando homens e mulheres em 65 anos – hoje a idade mínima para as mulheres é 60 anos. Igualar as idades entre o homens e mulheres dificultará ainda mais que as mulheres se aposentem. Para começar, as mulheres trabalham pelo menos 3 horas a mais do que os homens em casa,

fazendo trabalho doméstico não pago. Além disso, são pior remuneradas, em empregos mais precários – inclusive no que se refere à carteira assinada.

As professoras serão duramente atingidas. As mulheres são a maioria nessa e perderão o direito à aposentadoria especial. Mesmo o desgaste próprio da profissão que garantia aposentadoria mais cedo e com a piora ante a condição do ensino no país, terão que trabalhar 15 anos a mais – perderão o direito de se aposentar aos 55 anos – para conseguir se aposentar.

A reforma em benefícios como a pensão por morte também será um duro golpe contra as mulheres. A reforma permitirá que o benefício seja menor que o salário mínimo. Hoje a pensionista recebe 100% do valor do benefício. Pela reforma, a viúva receberá 50% do benefício e um adicional de 10% por dependente. Para receber os atuais 100% terá que ter 5 dependentes.

PRECISAMOS RESISTIR!

Sabemos que os cortes do governo são para submeter ainda mais a classe trabalhadora, já aquecendo todo o peso da crise, para priorizar o pagamento da dívida pública, mesmo que isso signifique o sofrimento e empobrecimento. Não podemos permitir! As mulheres têm dado o exemplo usando o principal método de luta da classe – a greve – para garantir direitos. Pela greve geral e Greve Internacional de Mulheres! Pelo fim das várias formas de violência contra a mulher! Contra o machismo!

Tenhamos como referência as lutas das mulheres que fortaleceram a eclosão da Revolução Russa há 100 anos, ainda hoje exemplo para transformação necessária, urgente e pelo fim da sociedade capitalista machista, racista e homofóbica!

CIDADE DO RIO DE JANEIRO - TEMPOS DE IMPUNIDADES

ALICE VILMA E RODRIGO MENEZES -
SERVIDORES PÚBLICOS - JUDICIÁRIO-RJ

Rio de Janeiro, cidade maravilhosa, estado que encampa as mais belas paisagens, que atrai turistas de todos os lugares seja interna ou externamente, por isso é vendida uma imagem de lugar atrativo a todos os gostos. Econômica e socialmente visitada e cobiçada por muitos, devido suas belezas naturais.

Política-economicamente é poço sem fundo, explorada e massacrada pela ganância de seus gestores.

De uns tempos para cá, desde que o PMDB assumiu a direção política e administrativa conseguiu eleger a maioria da bancada legislativa, garantindo sempre a presidência da Assembleia Legislativa e elegendo seus representantes a nível federal a fim de determinar a liderança política, os repasses financeiros, além de sonegações.

Com a aliança ao PT nacional quase todas as votações voltadas às garantias trabalhistas e aos direitos de trabalhadores foram sucumbidas e renegociadas. Os interesses destes dirigentes políticos estiveram voltados para permitir a realização de megaeventos que atraíssem mais verbas, não só com o produto final turístico, mas, principalmente, com as obras faraônicas que permitiram superfaturamentos.

Com a Copa do Mundo em todo Brasil, algumas obras sequer foram terminadas. E as Olimpíadas na cidade do RJ impuseram à população situações de expulsões de seus locais de moradia com indenizações ínfimas. Trânsito caótico que atrapalha o ir e vir dos cidadãos e sempre recebe a mesma justificativa: seria um legado para o povo, inclusive, a limpeza da Baía da Guanabara. Puro engodo!

O movimento sindical e algumas organizações de mobilização popular, não se deixando enganar pela conversa fiada do poder instalado, fizeram várias mobilizações de rua denunciando as falcatruas e os possíveis ataques aos direitos adquiridos, inclusive, com a análise da política conjuntural

internacional que já vivia o quadro de desemprego em massa devido à crise do capital com funcionários públicos perdendo seus empregos, além dos próprios aposentados sem pagamento, como na Grécia e Portugal.

Em 2013, após um movimento estudantil organizado contra o aumento das passagens que trouxe a discussão da necessidade de reação às diversas impunidades que ocorriam no estado. E enquanto aos empresários era permitido tudo a população sequer conseguia obter um reajuste sob o índice inflacionário. Diante de tanta parcialidade e sofrendo todo tipo de abuso diário frente aos aumentos constantes dos aluguéis, alimento, escola, planos de saúde, os movimentos populares junto ao sindical começaram uma série de atos voltados ao “Não Vai Ter Copa”.

O QUE OS GRANDES EVENTOS NÃO MOSTRAM

A cidade do RJ vem enfrentando todo tipo de sucateamento em sua infraestrutura: hospitais sem profissionais de Saúde e sem material básico de atendimento; escolas fechadas e sem professores, além de falta de manutenção e merenda; trânsito caótico, com excesso de veículos e muitas obras que interferiam no circular do povo; meios de transporte precários e agravado pela decisão do Prefeito Eduardo Paes em diminuir algumas linhas de ônibus e cancelar outras que facilitavam a locomoção; aluguéis com preços abusivos diante da realidade da renda média dos trabalhadores. Enquanto isso se assistia a maior farra com o dinheiro público entre os políticos.

Dentro das instituições públicas aumentou o abismo que já havia entre os dirigentes governamentais e os servidores públicos propriamente ditos. O sucateamento dessas instituições



com contratações de terceirizados para as áreas da Educação e Saúde acelerou o processo de privatização. Sem realização de concurso público para essas áreas, a contratação emergencial para que não faltassem profissionais foi o meio também encontrado para diminuição dos salários e uma forma de conter as greves.

De lá para cá a situação político-econômica do Estado do RJ só piorou. Com a saída do Governador Sérgio Cabral abruptamente, sem muitas explicações, mas já envolvido em diversos escândalos de corrupção, o seu vice, Luiz Fernando Pezão, assumiu todas as mazelas de uma péssima administração, da qual também ajudou a afundar os cofres públicos.

Diante de tantas notícias de corrupção a nível nacional e tantos políticos envolvidos juntamente com as empreiteiras de grande porte como a Odebrecht e a Delta, o Estado do RJ entrou em colapso financeiro.

Mesmo tendo sido reeleito o Governador Pezão não conseguiu sustentar tantas mentiras, que foram sendo descobertas ao longo dos processos de investigação frente as denúncias feitas. Os movimentos organizados se reagruparam para reivindicar o que de direito lhes cabia: o reajuste anual sob o índice da inflação. Greves e atos públicos procuraram denunciar as falácias do governo.

Em âmbito particular, os empresários e banqueiros passaram a não mais investir na cidade, a só ganhar mediante juros altos nas taxas bancárias e sob a dificuldade dos desempregados em arcar com

as despesas orçamentárias mensais. Após o COMPERJ fechar e reduzir o número de empregados por falta de investimentos, outros estaleiros navais com mão de obra terceirizada, também não renovaram os contratos trazendo mais desempregados no mercado de trabalho e inadimplentes.

Um desgoverno total se instalou no RJ. Com o afastamento estratégico do Governador Pezão de suas funções por motivo de saúde assumiu seu vice Dorneles, que embora também apresentasse problemas de saúde não deixou de sustentar a política devastadora de desmantelamento do Estado, agravado com a crise política de impeachment da Presidente Dilma e ascensão de seu também vice Michel Temer, que não por acaso também é do PMDB.

LUTAR PARA CONTINUAR SOBREVIVENDO

No início de 2016, o movimento sindical de trabalhadores organizou atos públicos em conjunto, visando denunciar a desvalorização do servidor público, pois, sem reajuste salarial ainda acompanhava o descaso dos gestores quanto à manutenção e melhorias do serviço público. Enquanto faltava verba para atender os pleitos das categorias estaduais, sobrava verba para as obras visando às Olimpíadas, além das isenções fiscais concedidas aos empresários pelo Governador via ALERJ, o que atendia as promessas de campanha feitas pelo PMDB e seus aliados.

Greves foram deflagradas por diversas categorias que, rearticuladas em sua desorganização enquanto servidor público, tiveram que aprender e reaprender a lutar e a reivindicar de forma conjunta contra um inimigo só: o poder público.

Infelizmente, somente as categorias de professores e profissionais da Educação mantiveram o movimento por cinco meses, pressionando uma negociação junto ao Estado. Apesar de ter um sindicato forte, o SEPE, a categoria bravamente sustentou as negociações até a véspera das Olimpíadas. Mesmo com grande

risco de pós-Olimpíadas o Estado entrar em bancarota, as diversas categorias estaduais que já vinham com seus pagamentos atrasados e recebendo até o 10º dia útil, sob o argumento de que não havia dinheiro nos cofres públicos, recuaram não acreditando que a situação poderia piorar. Mas piorou!

Aposentados, pensionistas e todos os trabalhadores estaduais passaram a ver suas vidas de cabeça para baixo. Até empréstimos em bancos o Governo do RJ propôs àqueles que estivessem com suas contas atrasadas, ou seja, a todos. Nesse caso, uma proposta que, mais uma vez, beneficiava a banqueiros pago pelo Estado ou por pessoa física.

Não é de se imaginar a bola de neve que se tornou a vida econômica no Rio de Janeiro. Além dos desempregados em massa, os até então empregados também viviam o dilema da inadimplência. Somente as categorias da Segurança, Ministério Público, Defensoria Pública, TCE e Judiciário mantiveram o salário em dia e dentro do mês trabalhado.

O Governador Pezão voltou de licença médica no final de 2016, com a missão incumbida pelo PMDB e seus aliados de atender aos pleitos empresariais nacionais e internacionais sob a alegação de que medidas drásticas deveriam ser tomadas para enfrentar uma suposta crise financeira. Mas, na verdade, era para encobrir todo e qualquer rombo feito por seus governantes. A começar pelas isenções fiscais a empresas que os financiava, bem como o rombo na Previdência Social dos empregados estaduais, já dilapidada por Sérgio Cabral.

Um pacote de medidas econômicas é apresentado para ser votado às pressas na ALERJ,

atropelando inclusive as categorias já em greve por não terem tido, mais uma vez, suas datas-bases respeitadas, em plenas eleições municipais.

Com vários atos em frente à ALERJ, no final de 2016, ocorreram confrontos de servidores públicos com policiais militares contra a votação do pacote de maldades do Pezão. Vários ataques contra os direitos dos servidores públicos estaduais e da população mais carente. O ano termina com a devolução do famigerado pacote, pela 2ª vez.

No início de 2017, houve um movimento dos familiares de policiais militares reivindicando melhorias salariais e de condições de trabalho. Como esses são impedidos de fazerem greve e outros tipos de movimento muitos de seus familiares, principalmente as esposas dos policiais, foram às portas de vários batalhões na tentativa de impedir que viaturas e policiais fardados saíssem para as ruas.

O MUSPE (Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais) que, diferentemente da época de sua criação, tornou-se restrito às direções sindicais sem qualquer participação das bases nas suas decisões, teve uma atuação genérica. Preocupando-se em organizar atos, principalmente, em frente à Assembleia Legislativa não avançou em propostas mais efetivas, culminando com a pífia atuação na votação da privatização da CEDAE. Embora, com uma semana de antecedência tivesse sido anunciado que a votação aconteceria na semana anterior ao carnaval de 2017, da segunda-feira à quinta-feira, o MUSPE convocou ato apenas para a terça-feira. Resultado: o presidente da ALERJ Jorge Picciani, colocou em votação na segunda-feira e foi aprovada a privatização da CEDAE, pelo placar de 41 a 28.

E, pela 3ª vez, voltará à cena o pacote de maldades. Desta vez, com chancela do governo federal e do STF. Da mesma forma que houve a rearticulação entre os poderes, faz-se urgente que as direções sindicais tenham uma postura democrática, de modo que posturas mais efetivas e necessárias se concretizem e que este pacote seja definitivamente derrotado.



MUROS: A HUMANIDADE NÃO PRECISA DE FRONTEIRAS

A FUNÇÃO SOCIAL DO MURO

Um dos traços mais marcantes do mundo contemporâneo é a forma de proteção à propriedade privada. Assim, como acontece nas demais sociedades de classe que compõem a história, a classe dominante precisa assegurar tanto a exploração econômica sobre aqueles que trabalham quanto o resguardo dos meios de produção e bens de consumo.

Atualmente, vemos espaços sociais sendo retalhados por cercas e muros que separam não-possuidores e possuidores, miséria e riqueza. Não se trata, sabemos nós, apenas de maneiras de demarcar terrenos e imóveis, mas de um modo de impedir acesso e o usufruto àqueles que pouco - ou nada - possuem além da própria força-de-trabalho para ser vendida.

“São tempos de roubos e invasões!”, desesperam-se à medida em que implementam cada vez mais medidas de (in)segurança: guaritas, vigias privados, cercas elétricas e câmeras de segurança alastram-se pela paisagem social tornando-se um elemento constitutivo de nosso dia-a-dia. Mas, se vivemos em tempos de democracia e liberdade, por que tantos muros?

Ainda que possamos elencar várias funções sociais - como a delimitação de terrenos, ou a preservação da intimidade em ambientes domésticos - que os muros possam cumprir no cotidiano, tem se tornado cada vez mais evidente seu papel instrumental na “defesa da propriedade privada e da vida dos cidadãos”.

Por se tratar de um sistema econômico que tem, em cada degrau de desenvolvimento galgado, níveis mais elevados de produção de riqueza combinado a uma, também crescente, desigualdade entre as classes, tem-se como uma das consequências mais diretas as cidades modernas como palcos de contradições cada vez mais manifestas. Quando temos esses dois componentes fermentados num meio social de estímulo ao consumo (através dos mais variados mecanismos de

propaganda) e de aparência (ao se calcular o caráter das pessoas pela cifra que elas vestem, comem e dirigem) vislumbra-se o porquê de tanto medo, a razão de tantos muros.

QUANDO OS MUROS DIVIDEM PAÍSES

Nos últimos anos, a realidade vivenciada por imigrantes e refugiados veio à tona nos noticiários quando todo o mundo se abalou com a foto de uma criança síria morta foi encontrada nas margens do mar Egeu. Iniciou-se, então, uma ruidosa denúncia sobre as péssimas condições de (sobre)vivência dessas pessoas, logo seguida por um acalorado debate que buscava decidir sobre a dignidade, ou não, dessas vidas marcadas pelo deslocamento de suas terras natais.

Em nobre tentativa de disfarçar sua crônica indiferença aos recém-chegados - marcados por um maior empobrecimento e vulnerabilidade, mesmo perante os setores mais marginalizados da classe trabalhadora dos próprios países - governos europeus lacrimejaram discursos de piedade e indignação frente aos atroz acontecimentos.

Enquanto celebravam a caridade - no acolhimento, construção de campos de refugiados e no provimento de bens básicos - arquitetavam muros para impedir novos fluxos migratórios, e outros para isolar os contingentes já abrigados nesses países.

Embora não seja um fenômeno recente - como exemplos, as fronteiras físicas erguidas entre Cisjordânia e Israel, Espanha e Marrocos, Grécia e Turquia - é notório o crescente afã que, desde então, a política internacional tem tido por essa forma de “solucionar” o problema da imigração.

Há alguns meses, o primeiro-ministro húngaro anunciou a ampliação da “linha de defesa” que já separava seu país da Sérvia como modo de

reduzir a entrada de refugiados que rumavam a países como Áustria, Suécia e Alemanha (que, só em 2015, foram 400 mil). Pouco depois, o governo britânico declarou que seria construído um muro de quatro metros para coibir o trânsito de pessoas dos acampamentos de Calais (território no norte da França) habitados por refugiados do Oriente Médio e do Norte da África. Em novembro do ano passado, um centro de refugiados na cidade de Munique foi apresentado, antes mesmo de ser finalizado, com uma estrutura de concreto que o separara de um distrito residencial sob o convincente argumento de que “evitará contaminação acústica” por crianças e jovens que se alojarão no local. Há algumas semanas, o novo presidente estadunidense deu ordem para que fosse erguido um muro ao sul do país para impedir a travessia de mexicanos, sob o pretexto de “salvar empregos e bolsos de contribuintes”, num discurso que - temerosamente - nos traz a recordação de uma das mais sombrias páginas da história do século XX.

ROMPER OS MUROS E OUTRAS AMARRAS

Sendo um modo de produção fortemente distinguido por seu caráter expansivo, o capitalismo nunca hesitou, ao longo de seu percurso, em reafirmar seu cosmopolitismo: a tendência à mundialização faz parte de sua incessante necessidade de ampliação de lucro, com o aprofundamento das formas de exploração de trabalhadores (sejam nativos ou estrangeiros), estejam eles dentro



ou fora do país. O dinheiro sempre perambulou livre e sorridente pelos países, cruzando quaisquer fronteiras.

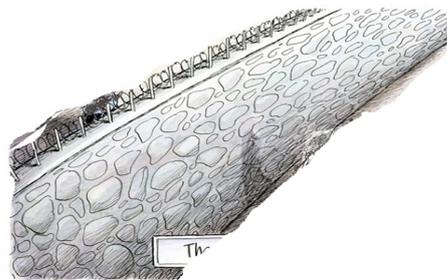
É no mínimo curioso observar que – num período histórico em que a financeirização encontra-se em pleno desenvolvimento, as economias dos países periféricos estejam tão bem subordinadas aos interesses das nações do capitalismo central – esse tipo chauvinismo ganhe tanta expressão.

O cinismo maior da questão reside, principalmente, no fato de que parte dos países que têm institucionalizado políticas xenofóbicas sejam, justamente, aqueles que, além de mais terem se apropriado de recursos naturais em outras terras ao longo da história, mais

perpetraram as modalidades doentias da exploração de estrangeiros.

A sistemática disseminação da xenofobia, do racismo e das demais expressões de ódio e rejeição aos trabalhadores estrangeiros têm sido uma silenciosa, mas poderosa, arma das burguesias nacionais. Lançando mão tanto dos meios de comunicação tradicionais, quanto dos mais contemporâneos (como as redes sociais) os setores mais chauvinistas da direita têm proporcionado uma maior fragmentação da resistência e dos enfrentamentos da classe trabalhadora.

Na medida em que enxerga a deterioração de suas condições de vida como sendo ocasionada pela “presença indesejada” de



imigrantes e refugiados, as classes trabalhadoras desses países recaem no enfraquecimento de seu poder de confronto político com a ordem vigente. As lutas das trabalhadoras e trabalhadores não têm nacionalidade! Confrontemos o domínio político e econômico dos proprietários dos meios de produção! A luta contra o capitalismo é a luta contra as pátrias, muros e suas fronteiras!

OS IMPACTOS DA REVOLUÇÃO RUSSA

SÉRGIO LESSA

Entre a Comuna de Paris de 1871 e a Revolução de 1917, decorreram 46 anos. Nunca, até então, a Europa vivera tantos anos seguidos sem uma grande crise que trouxesse explosões revolucionárias (a Revolução de 1905, na Rússia, e a Revolução Mexicana, que se iniciou em 1911, quase sempre foram considerados eventos que não diziam respeito à realidade europeia). Antes da Comuna, crises com explosões revolucionárias ocorreram nos inícios das décadas de 1820, 1830, em 1848 tivemos a mais generalizada onda revolucionária que a Europa jamais conheceu (isso, até os nossos dias!).

Após 46 anos de ordem burguesa e sem revoluções, a burguesia cantava vitórias e alegava que as explosões revolucionárias haveriam ficado no passado. E os contrarrevolucionários, aparentemente, tinham boas razões para se gabarem. Pois, desde a Revolução Industrial (1776-1830), os capitalistas europeus vinham acumulando um volume de capital como nunca antes na história. E não apenas o volume total do capital se ampliava, como também as leis do mercado ainda se encarregavam de fazer com que o grande capitalista engolissem o pequeno. Ou seja, além

de aumentar o volume acumulado, o capital também se concentrava.

O CAPITALISMO MONOPOLISTA

Com a crise de 1870-71, essa concentração ganhou uma nova qualidade. Alguns grandes monopólios e cartéis passaram a dominar a economia: teve assim, origem, a fase monopolista do capitalismo.

Do ponto de vista econômico, a novidade foi que a mais-valia relativa passa a jogar um peso cada vez maior na reprodução do capital. Já discutimos a mais-valia relativa quando tratamos da aristocracia operária (Jornal n. 82) e, por isso, seremos mais que breves: a ampliação relativa da mais-valia ocorre quando o burguês tira do trabalhador maior quantidade de mais-valia por cada centavo que paga de salário. Esse aumento da quantia da mais-valia pode vir de duas fontes: do aumento do patamar tecnológico e melhoria da gerência da força de trabalho ou, então, da queda do valor da força de trabalho. Do ponto de vista do sistema do capital como um todo, uma muito lucrativa forma de diminuir o valor da força de trabalho é industrializar a produção dos meios de consumo do trabalhador. Se a roupa, a comida etc. do trabalhador



se tornam mais baratos porque agora são produzidos em escala industrial, os capitalistas podem destinar aos salários uma menor porção da riqueza produzida, ampliando assim a mais-valia.

Mas há ainda, um outro “efeito colateral” muito favorável aos capitalistas: a própria fabricação dos bens de primeira necessidade gera uma nova fonte de mais-valia. Vejam, o capital se acumula tanto ao reduzir o valor da força de trabalho pela industrialização dos bens de primeira necessidade, quanto ainda a simples produção desses bens gerar uma

nova fonte de mais-valia.

Isso lançou o sistema do capital em um ciclo de expansão, com algumas crises passageiras, que vai durar, desde 1871, até o início da Primeira Grande Guerra (1914-18). Aparentemente, as crises cíclicas e os períodos revolucionários teriam sido superados. A história parecia sorrir à burguesia!

AS BASES DO REFORMISMO

Essa aparência era ainda mais forte devido ao que ocorria nas lutas de classe. Também tratamos desse aspecto no artigo acima e, por isso, novamente, seremos muito breves: a participação dos trabalhadores no mercado de consumo é duplamente interessante ao sistema do capital como um todo (pois, como vimos, amplia a mais-valia relativa e ainda gera novas fontes de mais-valia). Com isso, os trabalhadores e operários de maior poder aquisitivo (sobre a diferença entre operários e trabalhadores veja o artigo sobre a Classe Média, no Jornal n.85) passaram a ter uma coincidência de interesses com a burguesia: esse setor dos trabalhadores e a burguesia querem que os produtos de primeira necessidade sejam os mais baratos possíveis, pois isso amplia a mais-valia relativa e, ao mesmo tempo, amplia também o poder aquisitivo dos que recebem maiores salários

Para manter baixo o valor dessas mercadorias, todavia, é imprescindível, também manter baixo o salário dos trabalhadores e operários que as produzem. Ou seja, a uma parte dos assalariados passa a ser interessante manter rebaixado o salário da outra parte: o movimento da classe operária e dos trabalhadores conhece a sua primeira grande cisão, de um lado a aristocracia operária, de outro, a maioria da classe operária.

Essa cisão aparecia, também, na nova relação das economias “centrais” com a “periferia” do sistema do capital. Como a exploração da força de trabalho e das fontes de matérias-primas na “periferia” derrubava os preços

dos mercados dos países imperialistas, os partidos e sindicatos, quase sem exceção, apoiaram as políticas imperialistas de suas burguesias, alegando, não sem uma razão imediata, que isso corresponderia aos interesses de suas bases.

Opera-se, assim, uma cisão entre os trabalhadores e operários da periferia do sistema e os trabalhadores e operários do centro do sistema do capital: estes últimos apoiam a opressão e a exploração dos primeiros por suas respectivas burguesias. Isto, somado à cisão entre a aristocracia operária e o restante da classe nos países centrais, vai ampliando a distância entre os reformistas e os revolucionários.

Vejam, o imperialismo já existia desde as Grandes Navegações do período entre 1450 e 1650. Contudo, essa exploração ganhou uma nova intensidade com o capitalismo monopolista. Não apenas ele necessita de uma quantidade muito maior de matérias-primas a um preço muito mais barato para derrubar ainda mais os preços dos produtos de primeira necessidade, como ainda passa mesmo a produzir alguns produtos industrializados nas antigas colônias. Por esses dois motivos investimentos, vultuosos começam a ser feitos nos países da periferia na extração de minério, na construção de vias de transporte para escoar as matérias-primas aos portos de exportação etc., o que possibilita uma direta extração de mais-valia dos trabalhadores das antigas colônias.

Essa expansão lançou os países imperialistas numa disputa mundial por fontes de matérias-primas e de força de trabalho barata. A consequência mais imediata foi a Partilha da África Negra. Os capitalistas europeus disputaram entre si (com guerras inclusive) o controle do continente africano. Os acordos foram feitos na Europa e o continente foi, literalmente, fatiado



entre as grandes potências.

ALIANÇA DA ARISTOCRACIA OPERÁRIA COM OS CAPITALISTAS

Foi se desenvolvendo, desta maneira, na segunda metade do século 19 mas, mais intensamente, nas suas três décadas finais, uma aliança do grande capital com aristocracia operária e setores da pequena burguesia. O movimento dos trabalhadores e o movimento revolucionário vão conhecendo uma divisão interna que tende a se aprofundar conforme avançamos no tempo. De um lado, os partidários de uma aliança com a burguesia ao redor de uma política econômica que amplie a industrialização e garanta mercadorias cada vez mais acessíveis à aristocracia operária e seus aliados e, de outro lado, aqueles que defendem a superação do capitalismo pela revolução proletária. A aristocracia operária vai dominando os partidos políticos e os sindicatos, os reformistas e os revolucionários vão se tornando cada vez mais distintos com o passar do tempo. Depois da Primeira Grande Guerra, em larga medida, não mais conviverão nos mesmos partidos.

Contudo, nos anos entre 1870 e 1914, as coisas não haviam ainda chegado a tal ponto. Entre a transição ao capitalismo monopolista e a Primeira Grande Guerra, a prosperidade econômica vinha sendo acompanhada por uma crescente tendência de aliança dos partidos e sindicatos dos trabalhadores e operários com a burguesia e, assim, favorecia a ilusão de que revolução seria algo do passado, de que, no presente e no futuro, os trabalhadores

e operários atuavam ao lado da burguesia por uma sociedade “mais justa”. A realidade parecia dar razão às teorias contrarrevolucionárias.

A BELLE ÉPOQUE

Nesse contexto, teóricos e lideranças do movimento operário começam a teorizar que, no novo período histórico, a revolução não apenas estaria superada, como ainda seria um empecilho à transição ao socialismo. Bernstein, por exemplo, argumentava que a “racionalidade” do capital imperialista tornaria impossível uma guerra mundial. Bem poucas semanas antes da eclosão da Primeira Guerra, quando crescia o movimento pacifista entre os intelectuais, trabalhadores e proletários, quando Rosa Luxemburgo e Lenin alertavam cotidianamente para a necessidade de se preparar para converter a guerra imperialista em uma guerra revolucionária, Bernstein pregava que nada disso seria necessário, pois a guerra seria impossível!

Mas não apenas entre os teóricos e intelectuais as ilusões com o capital se avolumavam. Também no interior dos partidos de base operária, essa ilusão crescia. Por um lado, porque a expansão da economia capitalista em sua nova fase imperialista de fato trazia uma melhoria de vida para uma parcela minoritária, mas importante, dos assalariados. Por outro lado, porque, graças à “pacificação” do movimento sindical e dos partidos de esquerda que optavam por se aliar com a burguesia, vários governos capitalistas passaram a legalizar os sindicatos e os partidos. Na Alemanha, na Inglaterra, na França etc. os antigos partidos revolucionários vão se legalizando, o sufrágio caminhava para se tornar universal e um processo de negociação agora envolve as principais lideranças dos trabalhadores e operários, de um lado, e dos capitalistas de outro.

Outros teorizavam que a revolução proletária teria saído do horizonte porque a própria burguesia estaria em desaparecimento! O argumento é tresloucado, mas de aparência verdadeira. A burguesia,

reza o argumento, é a proprietária dos meios de produção. Contudo, no capitalismo monopolista, as empresas são possuídas por um infindável número de acionistas (possuidores das ações vendidas nas bolsas de valores) oriundos de todas as classes sociais, inclusive trabalhadores. A direção das empresas não estaria mais nas mãos da burguesia, mas nas mãos de gerentes e administradores que prestam conta, não a um patrão, mas a um conjunto de acionistas. O que era, antes, propriedade de uma única pessoa ou família, é agora propriedade de muitas pessoas. A burguesia estaria, assim, se dissolvendo no corpo social e, a propriedade privada, estaria se democratizando.

Bastaria avançar um pouco mais esse processo para que a burguesia se dissolvesse na sociedade e, assim, passaríamos todos a ser proprietários dos meios de produção: o socialismo! Defendiam, por isso, que os trabalhadores deveriam comprar, com suas míseras poupanças, as ações das empresas de seus patrões, para avançar a transição ao socialismo! Claro, os patrões não protestaram nem um pouco por essa “tomada” pelos trabalhadores de suas propriedades!

Outros, ainda, teorizavam longa e insistentemente que não apenas a burguesia, mas também o proletariado estaria desaparecendo. O argumento é, igualmente, falso, mas tem seu *sexy appeal*. Diziam que, o proletariado seria aquela classe que não teria nenhuma propriedade a não ser a sua prole. Daí o nome de proletariado. Mas, com o capitalismo monopolista, os trabalhadores participavam do mercado de consumo, possuíam renda e, por isso, tinham uma condição de vida que se aproximaria

da classe média. Argumentavam, com base nisso, que a diferença entre os assalariados e os proletários, se ainda existisse, estaria desaparecendo rapidamente: todos os assalariados já seriam, ou seriam em breve, membros de uma mesma e única classe social, a depender do autor, da classe média, da classe dos assalariados, da classe dos trabalhadores etc. A revolução proletária teria saído do horizonte porque a classe proletária já teria desaparecido ou estaria em vias de desaparecer.

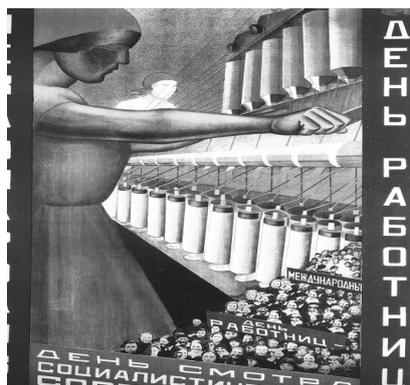
No famoso testamento político de Engels, até mesmo o “primeiro violino” mostrou-se permeável a tais influências. Verdade que a versão publicada foi censurada pelos editores que excluíram as passagens em que Engels defendia a necessidade da revolução mesmo para a nova fase do capitalismo. Contudo, mesmo levando isso em consideração, é clara a impressão que o crescimento do movimento sindical legalizado e da quantidade de votos nas eleições dos partidos de base operária teve sobre o último Engels.

As décadas entre a Comuna de Paris e a Revolução Russa foram denominadas pelos historiadores burgueses de *Belle Époque*, a bela época -- e não sem razão. Pois as misérias e as dores das crises cíclicas e dos períodos revolucionários pareciam ser coisa do passado. O futuro parecia ser um capitalismo cada vez mais humano e justo, com uma participação cada vez mais intensa dos trabalhadores tanto na sociedade, quanto na economia, no governo e na política. Os desenvolvimentos econômico e tecnológico propiciados pelo capital monopolista seriam a garantia de um futuro brilhante para a humanidade. De mais justiça em mais justiça, de eleição em eleição, um dia dormiríamos no capitalismo para acordar, na manhã seguinte, no socialismo.

Se tudo isso fosse, mesmo, verdade, não seria, de fato, uma bela época?

AECLOSÃO DA PRIMEIRA GRANDE GUERRA (1914-18)

No período logo anterior à



eclosão da guerra, acirrou-se a disputa ideológica pelos “coração e as mentes” dos trabalhadores. Do lado da burguesia, organiza-se o Partido da Ordem (Marx, em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*). Dele faziam parte pensadores influentes e muito reacionários, como, por exemplo, Max Weber (defendia a guerra dizendo que ela purificava a humanidade ao separar os fortes dos fracos!) Outros lamentavam os sofrimentos da guerra, mas a justificavam como necessária para defesa do país e da pátria. Outros, ainda, defendiam a guerra com o argumento que geraria empregos e desenvolveria a economia (um argumento muito presente no movimento sindical alemão desde o final do século 19). Outros, como o exemplo de Bernstein logo acima, defendiam que a nova fase do capitalismo tornava impossível um conflito mundial, portanto organizar a resistência a ela seria pura inutilidade.

Do lado revolucionário, poucos, mas importantes teóricos e dirigentes (Rosa, Lenin, Liebknecht, Trotsky) defendiam a necessidade de um combate ideológico contra a guerra. Propunham que, caso ela se iniciasse, ao invés de um trabalhador matar o trabalhador do outro país, o oposto deveria ocorrer. Isto é, os trabalhadores deveriam se unir internacionalmente e empregar suas armas para derrotar a burguesia e fazer a revolução proletária. Sem a superação do capital, sustentavam os revolucionários, a guerra seria inevitável.

DITO E FEITO!

A guerra tem início inesperadamente. A execução do Arquiduque Ferdinando da Áustria por um revolucionário nacionalista sérvio – um evento não previsto por ninguém – foi o estopim. Os partidos revolucionários, que desde o século 19 se organizavam na II Internacional, haviam, pouco tempo antes, tirado em congresso a estratégia de combater a guerra e, caso ela viesse, defender sua transformação numa guerra revolucionária contra a burguesia. Essa resolução, contudo,

revelou-se mero discurso vazio.

Depois de apoiarem o desenvolvimento da indústria bélica, depois de votarem todos os créditos solicitados pelos governos burgueses para preparar a matança (pois, lembremos, gerava empregos), depois de defenderem a guerra “caso o país fosse atacado” – e o que era “ser atacado” nunca ficava claro – nada mais “lógico” que apoiassem a guerra. E assim o fizeram, com o argumento de que os trabalhadores e operários eram majoritariamente favoráveis à guerra e a oposição à guerra jogaria suas bases para os partidos e sindicatos de direita. O argumento tem lá sua ironia: para não perder bases para a direita, se bandeiam para a direita! E, ainda, jogam a culpa dessa traição nos trabalhadores e operários!

Lenin, literalmente desesperado pela traição da II Internacional à causa da paz, denomina a todos os traidores de “sociais-patriotas”. A partir desse ponto, a convivência em um mesmo partido dos sociais-patriotas e dos revolucionários estava no fim.

A II Internacional, então, desapareceu! O que os partidos que apoiam suas respectivas burguesias poderiam, na guerra, fazer em conjunto, articulados? Rigorosamente nada! Lenin, isolado na Suíça, decide estudar a lógica de Hegel para entender *O Capital* e está convencido de que a revolução é algo distante e que “tudo teria que ser iniciado novamente”, desde a construção de partidos e sindicatos revolucionários em cada país até a reconstrução da Internacional e a reconquista do apoio dos trabalhadores e proletários etc.

Percebam como é a história: em 1914, a humanidade estava muito próxima de assistir à inauguração do período revolucionário mais extenso e mais profundo que jamais conhecemos. Entre 1917 e 1949 (fim da Revolução Chinesa) foram 32 anos de revoluções em todos os continentes que transformaram profundamente o cenário mundial. Contudo, a impressão geral naqueles anos, era que um novo período



revolucionário estaria há anos luz de distância! Essa falsa percepção não era apenas uma ilusão vendida pelos ideólogos da burguesia ou pelos aliados da burguesia, mas era também a avaliação de Lenin (ainda que, claro, as consequências que Lenin dela tirava eram muito diferentes, mesmo antagônicas, às conclusões dos burgueses e seus aliados).

Mesmo quem muito resumidamente, vale à pena chamar atenção para que os argumentos que, então, eram apresentados para justificar a inutilidade ou impossibilidade da revolução proletária não são, hoje, tão estranhos para nós. Afirmavam, então, que a nova qualidade do capitalismo teria tornado impossível a revolução porque proletariado e assalariados teriam se fundido numa única e mesma classe social (em nossos dias, a *classe-que-vive-do-trabalho*, as teses do *infoproletariado*, do *preariado* etc.). Ou então, que o próprio desenvolvimento do capitalismo estaria convertendo a sociedade burguesa em uma sociedade comunista (hoje, Antônio Negri com o “trabalho imaterial”). Ou que, com a expansão e criação de novas tecnologias, o capitalismo já não seria o mesmo e, por isso, a velha proposta da revolução proletária teria ficado para o passado (em nossos dias, Jean Lojkin, do Comitê Central do Partido Comunista Francês, com sua tese sobre a *Revolução Informacional* e Adam Schaff, e a tese da *Sociedade Informática*). Ou, também, que com a nova conformação econômica a própria burguesia estaria desaparecendo, sendo por isso desnecessário uma revolução para eliminá-la (atualmente, Negri e Lazzarato, com a tese do *Poder Constituinte*). A lista comparativa poderia prosseguir longamente...

Essas ideias e concepções ganham



força quando a revolução sai da ordem do dia por um período longo de tempo. Foi assim na *Belle Époque*, tem sido bastante parecido em nossos dias.

O INESPERADO MUDA TUDO!

Engels dizia que a revolução é um fenômeno social. Acontece. Tal como uma tempestade, dá para prevê-la, mas não é possível dizer onde e quando cairá o primeiro pingo.

A expansão imperialista que acompanhou a passagem ao capitalismo monopolista intensificou a exploração das antigas colônias e da periferia do sistema, a miséria se aprofundou com grande intensidade e foram destruídas estruturas produtivas tradicionais (que por vezes, como no caso da China, do Japão e da Índia, eram milenares). Essas as causas da onda revolucionária que varreria a periferia do sistema do capital entre 1917 e 1949.

Essa vasta onda, pela sua extensão no tempo e dispersão geográfica, inédita na história, tem início com uma manifestação contra a fome das operárias em algumas poucas indústrias em Petrogrado, no dia internacional da mulher! As operárias apenas queriam protestar contra a fome. Talvez entendessem que a causa imediata da fome era a participação da Rússia na Primeira Grande Guerra. E, todavia, estavam fazendo muito mais do que concebiam: estavam iniciando o maior período revolucionário da história.

Em fevereiro, uma manifestação das operárias; em outubro, a tomada do poder pelos revolucionários bolcheviques. Em apenas 10 meses, todas as teses contrarrevolucionárias foram colocadas no chão, todas foram desmentidas: os proletários continuavam a classe revolucionária, o desenvolvimento do capitalismo

não enterrara a revolução, o capitalismo não seria superado por nenhum outro meio que não fosse a revolução proletária.

O impacto da Revolução de 1917 foi universal: o movimento operário ganhou um novo impulso praticamente no mundo todo. E o governo dos soviets (dos conselhos) – a República Soviética da Rússia – faz sua inauguração na história como o farol a dirigir a esperança de um mundo que superaria as desumanidades do capital.

A história jamais seria mais a mesma. Excluído o início da crise estrutural do sistema do capital em meados da década de 1970, a Revolução Russa foi o evento mais importante do século 20.

Seu desdobramento, contudo, foi muito distinto do que o previsto pelos bolcheviques em 1917. Como mostram as atas das reuniões do Comitê Central dos bolcheviques, eles estavam divididos entre duas propostas. A primeira, liderada por Lenin e Trotsky, dizia que era preciso tomar o poder, não para fazer o socialismo na Rússia (o atraso do país não permitiria), mas para incendiar a revolução na Europa que, avaliavam, viria com a derrota da Alemanha e o fim da Guerra Mundial. A segunda, liderada por Zinoviev e Kamenev, dizia que a revolução ainda não estava madura na Europa e que, por isso, tomar o poder era uma tática suicida: o governo revolucionário seria massacrado, tal como fora a Comuna de Paris, por uma aliança da contrarrevolução com os camponeses (a ampla maioria da população).

Hoje, tantas décadas depois, é evidente que avaliação sobre as condições para a revolução na Europa de Kamenev e Zinoviev eram mais acertadas que a de Lenin e Trotsky. Por outro lado, é também evidente que os bolcheviques deveriam ter tomado o poder naquelas circunstâncias, pois faziam parte de uma tendência histórica, de uma onda revolucionária, muito maior e

mais extensa que a revolução na Rússia.

A se salientar, que as duas propostas, a de Lenin e Trotsky e a Zinoviev e Kamenev, tinham um ponto em comum: a impossibilidade sequer de se iniciar a transição ao socialismo em um país atrasado como a Rússia sem a ajuda da revolução operária na Europa. Esta previsão foi inteiramente confirmada pela história. O que, por sua vez, apenas confirmou a previsão dos jovens Marx e Engels, em *A ideologia alemã*. Escreveram eles que, para que a revolução fosse possível, entre outras coisas era imprescindível “um grande aumento das forças produtivas, um grau elevado do seu desenvolvimento (...) porque sem ele a *escassez* se generaliza e, portanto, com a *carência* também teria de recomeçar a luta pelo necessário e teria de se produzir de novo toda a velha merda [*scheiße*] (...)”.

(Expressão Popular, 2009, pp. 50-51)

As consequências e repercussões mundiais da Revolução Russa continuaram, sabemos todos, para muito além de 1917 e se estendem até os nossos dias. O fato de não ter podido transitar ao socialismo terminou, hoje, sendo uma sua consequência teórica mais importante do que o impulso que deu às revoluções na primeira metade do século 20. A Revolução Russa e o período revolucionário que ela inaugurou mudaram profundamente a face do mundo capitalista e novas questões, assim como novas possibilidades revolucionárias, nos contemplam desde então.

Nos próximos artigos comentaremos algumas dessas questões e possibilidade colocadas pela Revolução Russa e seus desdobramentos.

Enquanto os próximos artigos não chegam: Viva a Revolução de 1917! Stalinismo, nunca mais!

Editado sob responsabilidade da coordenação do Espaço Socialista. Os artigos assinados não necessariamente refletem a posição da Organização.

CONTATOS

www.espacosocialista.org
espacosocialista@hotmail.com
facebook.com/espacosocialista1